

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 16 de abril de 2015	Local: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio – Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar
Horário: 10 hs até 18hs	
Número total de participantes: Número de membros institucionais: 06 Número de membros corporativos: 01 Número de membros individuais: 0 Consultor Intrínseco: 0 Número de outros participantes (secretaria e observadores): 09 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antonio Paulo de Azevedo Sodré	
Agenda do Dia: <ol style="list-style-type: none">1. Introdução: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda.2. Atualização sobre o novo Subcomitê de Finanças.3. Atualização sobre processo de contratação do novo gestor de ativos.4. Resultado financeiro do FT.5. Atualização sobre execução financeira das UCs.6. Atualização sobre Regimento Interno referente ao Subcomitê de Doadores Corporativos.7. Fundraising (empresas, BNDES, GEF).8. Situação atualizada sobre estados: destaque para a questão do Amazonas.9. Atualização sobre condições de desembolso.10. Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT.	

Anotadas as presenças de 06 membros institucionais do Comitê do Fundo de Transição (CFT), 1 membro corporativo e de Rosa Lemos, Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do

Handwritten signatures and initials:
lll
ins
MS
SD

CFT e equipe respectiva, contando com Manoel Serrão, Manuela Muanis, Fernanda Marques, Ilana Nina, Clarissa Pimenta e Flávia Neviani, o Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião e convida Flávia Neviani para secretariá-la. Estão presentes como observadores Adriana Moreira (Banco Mundial), Mauro Armelin (WWF) e Thiago Barros (MMA). O Presidente informa a todos que o Membro Individual, Roger Ullman, não pode estar presente nesta reunião devido a problemas de saúde em família, mas que afirmou estar disponível para *call* em qualquer momento que fosse preciso. O Presidente dá início aos trabalhos às 10h da manhã. Declara aberta a reunião e solicita aos presentes, membros do CFT e observadores que façam suas apresentações.

I. Item 1 da pauta aprovada: Aprovação dos itens da agenda

Aprovados os itens propostos para a pauta o Presidente, inicia os trabalhos da reunião e ressalta a presença do novo Membro Corporativo, Anglo American, representado por Arthur Liacre. Este se apresenta e informa que pretende trazer ao Comitê informações quanto à percepção das mineradoras relativamente ao meio ambiente e solicita que em uma próxima reunião seja organizada uma apresentação da Anglo por pessoas da área de ambiente da empresa para explicar como a empresa está focando, olhando em termos globais, como dá peso aos problemas dentro dos projetos. O Presidente demonstra apoiar a proposta e fica definido que se na próxima reunião a pauta estiver leve a Secretaria combinará com o Arthur uma apresentação de uma hora.

O Presidente observa que o ICMBio não está presente. Sergio Collaço informa que Lilian Hangae está se recuperando de um processo cirúrgico e que Antonio Sena está assoberbado de projetos e não pode comparecer, mas que o ICMBio está focado nas suas atividades atinentes ao Programa Arpa, principalmente na agenda de criação. Paulo reforça a importância do comparecimento do ICMBio. Sergio informa que tanto o MMA quanto o ICMBio estão passando por processos de transição com trocas de comando. O Presidente ressalta a importância da presença e atuação do MMA e do ICMBio no âmbito do Programa Arpa e informa que o Comitê fará o possível para que as datas das próximas reuniões sejam possíveis para Lilian Hangae (ICMBio) e Ana Cristina Barros (SBF/MMA). O Presidente pergunta sobre o andamento das comunicações com o Ministério do Planejamento que deveria ocupar a segunda cadeira de Membro do Governo Brasileiro no Comitê. Sergio diz que não temos representante do ministério do planejamento. Estão aguardando o decreto que cria a fase III do Arpa para que a relação interministerial seja oficial. Como a próxima reunião do CFT é após o decreto em junho, poderemos cobrar.

O Presidente então repassa aspectos importantes da reunião anterior: Na reunião passada foram aprovadas a Política de Investimentos e a nova versão do Regimento Interno do CFT. Estamos pendentes ainda na escolha do gestor para os recursos externos. Para isso serão utilizadas as regras do KfW, pelas quais as concorrentes têm que ter, no mínimo, 30 anos de experiência e representação no Brasil. Informa que o Subcomitê Financeiro está questionando ao KfW se podemos trabalhar com todos os nomes que temos no Brasil para acelerar o processo e não ter um edital de pré-qualificação. Estamos dependendo de uma resposta do KfW. Christian Lauerhass

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including "mf", "imo", "MS", and "HS".

informa que se pode explicar para KfW Frankfurt que a *long list* terá os mesmos efeitos da pré-qualificação. Paulo então informa que aguardamos a posição do KfW e que espera que Carsten (de Frankfurt) venha para participar da escolha do gestor para os recursos externos. O Presidente então pergunta a Gustavo Fonseca, representante do GEF, qual o valor previsto para a doação e se poderia ultrapassar os 30 milhões de dólares, pois teria havido uma indicação de que sim. Gustavo diz que não e explica que é uma discussão mais ampla que o Arpa e no momento o Arpa 2 ainda está em operação. Existe a intenção, mas o volume de recursos e os arranjos operacionais ainda têm muito caminho pela frente para serem resolvidos. Rosa lembra que Adriana Moreira informou que seriam recursos alocáveis em outras ações além das UCs. Sergio Collaço informa que o valor adicional aos 30 milhões de dólares previstos pelo GEF não seria para aporte no FT, seriam para componentes adicionais como mudanças climáticas, atividades econômicas nas UCs e integração de paisagem, por exemplo. Informa que o PIF já está pronto que estes componentes ficariam fora do Fundo de Transição. Para estas atividades o desenho é de dez milhões de dólares. Para os 30 milhões a expectativa é que seja deliberado pelo GEF em reunião de 2016. O Presidente então lembra que na reunião passada houve informações sobre a missão do Banco Mundial na Resex Cazumbá Iracema e que a avaliação independente apontou problemas com indicadores de impacto em biodiversidade e com o grau de consolidação das UCs. Ressalta que ainda estamos um pouco distantes de nossos objetivos e metas. Há as condições de desembolso que são muito rigorosas e não podemos deixar o tempo correr sem tomar atitudes para cumpri-las. Poderia ser conveniente a criação de um sistema regular de troca de informações e um sistema de controle para que o CFT tenha meios de acompanhar como as coisas estão andando. Arthur Liacre pergunta quais os principais obstáculos à execução dos volumes financeiros. Paulo discorre sobre as condições de desembolso. Ressalta que há condições mais dependentes da atuação do governo, MMA e ICMBIO e outra do FT, por meio do Funbio. Estas duas vertentes de atuação têm que caminhar de forma articulada. Sergio Collaço informa que no dia 5 de junho o Decreto que cria a fase III do Arpa deverá ser editado pelo Governo contemplando também a criação de novas unidades de conservação. O Presidente questiona Sergio Collaço quanto às negociações com o BNDES para a efetivação da doação dos oitenta milhões de reais que está sendo liderada pelo MMA e que tinha estimativa de que já estaria concluída em abril. Sergio explica que a negociação tem sido complexa, pois o prazo do projeto vai além do contrato do Doador com o BNDES e que o banco quer fazer um acordo paralelo ao FT. Sergio pergunta ao Comitê até que ponto vamos insistir com a adesão ao FT ou vamos aceitar o financiamento paralelo. Afirma que um dos argumentos do banco para que os recursos potenciais do Fundo Amazônia não integrem o FT era não termos ainda encerrado a execução dos recursos do BNDES fase 2. Agora acabou (A execução da doação BNDES para Fase II do ARPA (R\$20 milhões) encerrou-se em abril de 2015). Afirma ao Comitê que é necessária a tomada de decisão em conjunto sobre como continuar a discutir com o BNDES. Sergio afirma ser contra aceitar o financiamento paralelo. Entende que o BNDES é a agência implementadora da Noruega e que quem manda é o doador e que deveria haver um contato direto entre o governo brasileiro e o doador. Mas contempla que seus superiores do MMA proibiram o contato direto do governo com a Noruega sem considerar o BNDES. O

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the name "Sergio" and initials "MS".

Presidente pergunta o que o Funbio ou o CFT podem fazer para ajudar neste processo. Sergio solicita uma avaliação quanto à linha de negociação se a do FT ou uma linha paralela. O Presidente então solicita ao Comitê a avaliação sobre as duas linhas de negociação em termos de seus efeitos para o FT. Se é só o fato de deixar os recursos do BNDES separados numa caixinha ou se isso cria algum problema maior. Gustavo Fonseca sugere o engajamento direto com os Noruegueses. Informa que há neste momento a negociação da segunda fase do Fundo Amazônia e que seria um bom momento e que há possibilidade de conversar diretamente com a Noruega para segregar o valor de 80 milhões para seu direcionamento ao FT. O Presidente então considera dois diferentes rumos para a situação. O Plano A seria a sugestão de Gustavo Fonseca. O Plano B seria como ajustar com o BNDES para alocar os recursos em uma caixinha diferente. Christian Lauerhass ressalta que para cada doador é difícil se adaptar a estrutura do Fundo e que aceitar esta condição do BNDES contamina a estrutura do Fundo e abre precedentes. Rosa afirma que o momento agora é de renegociação de contrato com o BNDES para a outra fase do programa e que também o Funbio pode participar da negociação direta com a Noruega sem que haja envolvimento do Ministério nesta situação. Adriana entende que o BNDES, como banco, precisa ter os recursos financiados gastos e que os recursos do BNDES só foram gastos totalmente muito recentemente, que o Funbio ir à Noruega sem o Ministério não é interessante e que este é um programa de Governo e que sua inovação é a parceria entre o governo e a sociedade civil que deve ser mantida. Ressalta ainda a necessidade do gasto dos recursos do GEF da segunda fase do Programa Arpa. O presidente afirma que é necessário encontrar uma forma de ter uma alternativa para ir conversar com a Noruega para obter os recursos do Fundo Amazônia diretamente. Adriana confirma a informação dada por Gustavo Fonseca que está em negociação a emenda do contrato com a Noruega, é o momento ideal para que o governo faça isso com o contrato com a Noruega. O Presidente pede informações de como fazer isso na prática. Adriana entende que se deve levar o assunto a quem está cuidando dele diretamente o Gaetanni e o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Carlos Augusto Klink. Paulo Sodré entende que há coisas que o agente não pode fazer e outras que ele tem que fazer. Independentemente disso se o tomador de decisões da Noruega resolver mudar, ele terá os mecanismos de fazer isso. Rosa diz que conversou com o Klink sobre a modificação do contrato e ele disse que não dava para fazer. Manoel sugeriu convidar o BNDES para se reunir com CFT e Sergio disse que isso não iria resolver, já que os dirigentes são a favor do projeto, quem está contestando o projeto é o pessoal do enquadramento.

Sergio Collaço entende que uma decisão do COFA poderia resolver a questão da governança mas a questão do prazo não. Paulo então afirma que a colocação deste valor fora do FT compromete o seu desenho financeiro e sugere que o CFT decida que não aceitará os recursos com governança distinta e que isso deve ser informado aos secretários de governo bem como que o Comitê do Fundo de Transição entende que isto pode comprometer todo o Programa Arpa considerando que todas as instituições fizeram o compromisso contando com o valor dos 215 milhões de dólares e que caso o valor não seja atingido todos os doadores tem o direito de rever seus compromissos.

Al-
ino
MS
4
MS
41

Os presentes concordam. Sergio Collaço sugere levar a questão também para o Comitê do Programa (CP).

DELIBERAÇÃO 1

O CFT encaminhará comunicado aos Secretários Executivo, de Biodiversidade e Florestas e de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental informando que não aceitará novos recursos com governança distinta, incluídos os do Fundo Amazônia, visto que isto contamina a estrutura do Fundo de Transição o que pode comprometer todo o Programa Arpa considerando que todas as instituições fizeram o compromisso contando com o valor dos 215 milhões de dólares e que caso o valor não seja atingido todos os doadores tem o direito de rever seus compromissos.

O Presidente lembra que o último item da reunião de fevereiro foi relativo à questão da dificuldade de ter os Estados alinhados dentro do projeto bem como o aumento dos recursos orçamentários alocados aos projetos, além de não haver equipes suficientes alocadas nas UCs. Finalizados os aspectos importantes da reunião anterior o Presidente passa ao item 2 da pauta.

II. Item 2 da pauta aprovada: Atualização sobre o novo Subcomitê de Finanças

O Presidente lembra aos presentes que a ideia original era de haver 3 membros do CFT formando este Subcomitê que tem um trabalho grande e complexo. Roger Ullmann, Hubert e ele mesmo, Paulo. Diante da notícia de Roger de que não continuaria mais por muito tempo como membro individual do CFT, Vecita foi convidada a integrar este Subcomitê na reunião anterior a esta. Roger e Hubert saíram do Subcomitê. Ficou Vecita e o KFW ficou de indicar uma pessoa. A ideia é que o Subcomitê se reúna, por *conference call* uma vez por mês em conversa com a Pragma e de três em três meses presencialmente. Vecita informou que a Moore não poderia indicar oficialmente uma pessoa por questões legais. Pode contribuir, mas não será uma participação permanente e efetiva nessas reuniões. Quanto ao KFW o Presidente pergunta ao Christian se ele poderia integrá-lo. Apresenta uma segunda ideia também: o Funbio já tem uma Comissão de Gestão de Ativos que tem uma reunião mensal com Pragma, com 7 membros que participam de forma voluntária, todos mais ou menos ligados a mercado de capitais e financeiros. O que poderíamos fazer seria este Subcomitê, que está sub representando, participaria dentro da decisão

Arino
MS
Hubert
S
Ax
SS

Comissão de Gestão de Ativos do Funbio junto à Pragma. O Subcomitê manteria, no entanto, seu poder deliberativo quanto à política de investimentos do FT. Acredita que os portfólios serão diferentes. O Presidente então passa a palavra aos presentes. Christian diz que gostaria de participar deste Subcomitê. Informa que não é especialista em gestão de fundos e então seria uma boa ideia participar desta Comissão de Gestão de Ativos. AVECITA continua no Subcomitê fazendo a ponte com a Moore. Paulo convida também Gustavo a participar. Ele aceita. Fica definido que o Subcomitê Financeiro será integrado por Paulo, Christian, AVECITA e Gustavo. Os temas do Subcomitê são política, ambiente macroeconômico e investimentos específicos. Fica decidido também que o Subcomitê Financeiro do FT estará acoplado à Comissão de Gestão de Ativos do Funbio.

DELIBERAÇÃO

O Subcomitê Financeiro será integrado por Antonio Paulo de Azevedo Sodré, Christian Lauerhass, AVECITA Chicchón e Gustavo Fonseca e atuará acoplado à Comissão de Gestão de Ativos do Funbio, mantendo seu poder deliberativo quanto à Política de Investimentos do FT.

III. Item 3 da pauta aprovada: Atualização sobre processo de contratação do novo gestor de ativos para os recursos externos

O Presidente lembra que a resposta do KfW sobre o processo de seleção do novo gestor para os recursos externos é urgente, pois a Pragma está fazendo investimento conservador em uma administração passiva enquanto este gestor não é escolhido. Funbio levantou 15 nomes que atendem aos requisitos: Banco Itaú, Banco Bradesco, Banco Santander, Banco HSBC, Credit Suisse, UBS, Julius Baer, JP Morgan, Goldman Sachs, Citi, Deutsche Bank, BNP Pariba, Merrill Lynch, Banco Safra e Morgan Stanley. Paulo diz que não é exatamente do ramo, mas acredita que os grandes bancos brasileiros são muito burocráticos, no entanto entende que a lista deve mantê-los até para facilitar os processos perante o KfW. Christian diz que não há problemas, que a lista pode ser mais curta desde que justificada. O Funbio deve preparar estas justificativas em inglês para enviar o KfW, juntamente com a lista. O Funbio deve também enviar argumentos para a prorrogação do prazo contratual para a continuidade da Pragma, decidida na 2ª RE do CFT para os recursos que estão no Brasil.

DELIBERAÇÃO

O Funbio preparará, o mais breve possível, lista com gestores de ativos para seleção internacional relativa aos recursos do FT no exterior, com justificativa em inglês quanto à composição da referida lista.

her
A - 6
ins
MS
8
A
W

DELIBERAÇÃO
O Funbio solicitará ao KfW, justificando, a continuidade do contrato de gestão de ativos com a Pragma para os recursos que estão no Brasil.

IV. Item 4 da pauta aprovada: Resultado Financeiro do FT

Rosa apresenta o patrimônio FT em março de 2015 que se encontrava com US\$65 milhões. Apresenta o montante dos contratos já assinados o que foi recebido de recursos e as outras entradas contratualmente previstas. O que foi internalizado e o que não. Foram assinados contratos no total de US\$ 35 milhões dos quais US\$14,5 milhões já foram internalizados e os demais estão distribuídos até dezembro de 2018. Apresenta ao CFT assunto sobre a MAC Foundation – o recurso da MAC tem que ser executado à parte. Temos quantos anos para executar 8 M de dólares? Isto será um problema. É preciso que o CFT aprove que a prestação de contas e a relatoria seja feita como os primeiros gastos sejam os recursos da MAC. É preciso pensar em como acelerar a execução para atender aos requisitos acordados entre a WWF US e a MAC. O último desembolso da MAC está previsto para março de 2017 e a execução deve ser realizada até dezembro de 2017. Há possibilidade de prorrogação de no máximo um ano. A nova doação do KfW deverá ser feita em agosto bem como a autorização para a transferência dos recursos do FAP para o FT. O jurídico do KfW entende que é preciso ter a outra base contratual para o FT para a nova doação e então fazer o aditamento ao contrato do FAP. Os novos recursos do KfW montariam a 30M de euros sendo desembolsados em três parcelas anuais de 10M cada.

DELIBERAÇÃO
Foi aprovado pelo CFT que os recursos da MAC no total de US\$8 mi devem ser executados em primeiro lugar nos próximos 3 anos.

V. Item 5 da pauta aprovada: Atualização sobre execução financeira das UCs

Execução do primeiro desembolso: De novembro de 2014 a março de 2015 foram executados 314 mil reais e contando com os recursos comprometidos e solicitados são 1.476 mil reais. Já foi realizada a segunda retirada na conta do FT no valor de 2,5M de reais, disponíveis para execução na conta operacional no Funbio. A primeira retirada foi de 1,5M de reais

Al - CA

hu *ms* *MS* *8* *AS* *SS*

VI. Item 6 da pauta aprovada: Atualização sobre Regimento Interno referente ao Subcomitê de doadores corporativos

O Regimento Interno estabelece 03 categorias de membros doadores. O Roger entrava como Membro Doador indivíduo. Foi decidido que os doadores corporativos: Anglo, Natura, Boticário e provavelmente Suez, irão se reunir e definir a regra de funcionamento entre eles, inclusive quanto à sua representação no CFT. Anglo foi indicada como o primeiro representante dos membros doadores corporativos e agora Anglo, Natura e Boticário devem definir o Regimento Interno do Subcomitê de Doadores Corporativos, devendo esta tarefa ser liderada pela Anglo. Rosa informa que ainda não conseguiu agenda com Natura e Boticário e, portanto, pede que este assunto seja discutido na próxima reunião pois até lá já deverá ter avançado.

VII. Item 7 da pauta aprovada: Fundraising (Empresas e BNDES)

Suez: Rosa informa que foram feitas várias reuniões aqui no Brasil e duas em Paris e que o Brasil enviou uma carta para a matriz. Amanhã haverá reunião na Suez para deliberar sobre sua doação para o FT. Boticário ainda não deu resposta e Natura já tinha dito que não faria novos aportes.

VIII. Item 8 da pauta aprovada: Situação atualizada sobre estados: destaque para a questão do Amazonas

Sergio Collaço informa que vários estados sofreram mudanças. No Amazonas houve troca de governo com reforma de toda a Secretaria. Foram extintos o CEUC e a SDS e foi instituída a SEMA. A troca de Secretário originou adiamento na reunião do Comitê do Programa Arpa. Já houve o contato com o novo Secretário que reafirmou o compromisso do Estado com o Programa e que manterá a equipe de gestores nas UCs e o ponto focal lá. O receio é na queda do orçamento do Estado. O MMA está em processo de articulação para apresentar o programa de fato ao governador do estado para o compromisso quanto à alocação orçamentária. Está tentando marcar a reunião do CP para os dias 20 ou 21 de maio em Manaus (a confirmar). Em contrapartida o próprio Secretário informou que quer inserir outras UCs no programa. Uma delas é Mamirauá. O próximo estado deve ser Rondônia. Também apresentou candidatura para novas UCs para o Programa. Uma novidade é um município em Roraima com APA de 1 milhão de hectares, pede para transformar a APA em um Parque. Roraima ainda não participa do Programa com UCs estaduais. Adriana tem grandes reservas quanto a inserir parques municipais no Programa Arpa. Afirma que já temos muitas dificuldades com o Estados. É interessante, mas um problema que temos de ter essas áreas no longo prazo é a situação da regularização fundiária e de fazer e desfazer áreas protegidas principalmente no âmbito estadual e municipal. Rosa afirma ser um perigo pagar pelo

M - [assinatura]
ino
MS
8 [assinatura]

processo de criação e depois não entrar no Arpa. Serginho informa que por causa deste perigo não há previsão de pagar, mas apenas de apoio técnico. Sergio Collaço informa que o Diretor de áreas protegidas do Peru visitou o MMA e que haverá uma reunião com a equipe dele para falar sobre o Programa. Sergio sugeriu que seja em seguida à reunião do CP. O Presidente pede a confirmação breve da data da reunião do CP para que ele e Avecita, Vice-Presidente do CFT, possam ir, para exporem o ponto de vista dos doadores o que estamos fazendo e o que precisamos do CP para que o programa avance como um todo. O Presidente diz que em relação aos Estados, havia o projeto de fazer as visitas junto ao MMA. Lembra que ele está à disposição para acompanhar o MMA nesta agenda. Pede que o MMA avise sobre as reuniões marcadas. Para falar sobre os fundos que têm sido desenhados para os Estados, o Presidente convida Manoel Serrão. Manoel informa que o Pará foi escolhido pela importância de sua cobertura florestal mas também pelo grande volume que tem de compensações ambientais. A Secretaria de estado do Ambiente do Pará também passou por reestruturação: o Ideflor tornou-se Ideflor-Bio. O diretor de áreas protegidas, Wendel, é um parceiro do Funbio. A lei do Pará não foi favorável ao mecanismo privado, mas há mobilização para que o setor privado possa executar diretamente a compensação. Temos mantido os diálogos com a Vale, que apresenta seus receios quanto à insegurança jurídica relativa ao estabelecimento de sua obrigação: Valor total e quitação. Em Rondônia – temos a participação do Estado em compensações federais, feitas reuniões com MP, com advocacia geral do Estado e com a empresa. Mas há uma certa lentidão de tomada de decisão na gestora da Secretaria. Agora mudou. O próprio Secretário ligou e informou à Rosa que tinha interesse em fazer uma parceria com o Funbio. Nova conversa deverá ocorrer após o encaminhamento dado pela reunião da CCA que ainda iria acontecer, desde o último contato. A expectativa é de 32 milhões de reais – Santo Antonio e Giral. Amazonas – estamos fazendo extensão do estudo. O foco lá são as questões tributárias, especialmente relacionadas à zona franca. As empresas exoneradas devem investir em ações sociais, ambientais. Estamos fazendo análise jurídica da possibilidade de uma outra dinâmica do repasse destes recursos para ações ambientais. PIS/COFINS e ICMS – algumas empresas tem créditos acumulados e que não conseguem liquidar. Existe a possibilidade de que estes créditos sejam cedidos para troca de dívida. É necessário conversar com a Secretaria de Fazenda. Estimado o prazo de 2 anos ainda para a continuidade. O trabalho no Amapá está em fase de finalização dos manuais. O Secretário visa estruturar uma iniciativa maior de sustentabilidade financeira das AP, na qual englobaria o fundo privado e uma ramificação pública. O lançamento do Fundo está previsto para dia 26 de maio com recursos do GCF no valor de US\$ 2 milhões em parceria com a CI.

IX. Item 9 da pauta aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso

Thiago Barros informa as ações que vem sendo executadas pelo MMA. Informa que em fevereiro de 2015 foram realizadas chamadas para apoio a processo de criação da fase II e chamada para

ml
rio
MS
8 *Al* *65*

adesão de novas UCs fase III. Em março 2015 houve a retomada dos trabalhos do Painel Científico de Aconselhamento, a elaboração do plano de trabalho de 2015, a análise e aprovação de apoio a 5 propostas de criação de UCs apresentadas pelo ICMBio. O prazo para manifestação é até o dia 30 de abril. Podem surgir novos apoios. Espera receber propostas de criação por parte dos Estados. A UCP faz uma primeira análise das propostas. Elas são avaliadas pelo Painel Científico de Aconselhamento. Este define se deverão ser criadas. O Comitê do Programa define se serão apoiadas pelo Programa. Critério de representatividade é constante do Edital. Há 15 propostas de adesão de unidades de conservação estaduais. Em abril 2015, ocorreu reunião com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas. Sobre as condições de desembolso apresenta quadro onde estão retratadas as 11 condições que tem sido monitoradas pelo MMA.

	Condições de desembolsos	Prazo (insumo/relatoria)	Situação	Observações
1	MOP do ARPA alinhado com o objetivo do Fundo de Transição	constante/setembro de 2015	OK	Procedimentos definidos em alinhamento com o MOP Fase III do ARPA.
2	Inexistência de perda líquida de UCs	constante/setembro de 2015	OK	Incremento líquido positivo da área do Programa.
3	Relatórios Financeiros por UC	1º quadrimestre de 2016/setembro de 2016	a desenvolver	OGs Estaduais não possuem dados sistematizados, especialmente no nível de MR.
4	Apresentação dos planos de Consolidação	junho de 2015/setembro de 2015	em desenvolvimento	Planos de consolidação deverão ser apresentados até junho, após aplicação da FAUC-2015.
5	Requerimento por parte do MMA de recursos adicionais para complementar o FT	constante/setembro de 2015	em desenvolvimento	Doações do governo da Alemanha e do GEF foram encaminhadas. Previsão de aporte dos recursos aprovados ainda em 2015.
6	Aumento de execução orçamentária do ICMBio	1º quadrimestre de 2015/setembro de 2015	em desenvolvimento	ICMBio apresentou dados de contrapartida para o ano de 2014 na casa de 17 milhões de reais.
7	Implementação do monitoramento da biodiversidade	constante/setembro de 2015	em desenvolvimento	25 unidades implementando os protocolos de monitoramento.
8	Criação de novas UC (conforme planejamento)	constante/setembro de 2015	OK	8 + 5 Propostas de criação apoiadas (5.703.208 ha).

Handwritten signature

10

Handwritten initials

Handwritten initials

Handwritten initials

Handwritten initials

9	Aumento de recursos financeiros não-salariais	1º quadrimestre de 2015 (ICMBio) e 2016 em (estados)/setembro de 2015	desenvolvimento	Realizada reunião com Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amazonas para apresentação do Programa e compromissos da Fase III.
10	Performance de consolidação	junho de 2015/setembro de 2015	OK	Será atualizada a partir dos dados da FAUC-2015.
11	Número de funcionários	junho de 2015/setembro de 2015	desenvolvimento	Aplicação da FAUC e atualização dos Planos de Consolidação. Demanda engajamento dos OGs

Observa quanto ao Item 3 do quadro que o MMA encontra dificuldade quanto à identificação dos Estados de quais recursos que os mesmos investem nas UCs e em que categorias. Até agora os esforços estão na elaboração do plano de trabalho do MMA para ajudar os Estados a conseguirem reportar seus investimentos em UCs. Foi identificado que o contato correto é no planejamento dos Estados e não nas SEMAs. Quanto ao Item 4 – o prazo é até 2015. Deve iniciar esta semana a aplicação da FAUC. Quanto ao Item 5 informa que as doações junto ao governo da Alemanha e GEF estão encaminhadas com previsão de aporte ainda em 2015, relativamente aos recursos alemães. Quanto ao Item 7 o Presidente sugere que este monitoramento seja apresentado em cronograma. Thiago Barros explica que a partir da FAUC e este início de ciclo em agosto será possível dimensionar no tempo as ações de monitoramento e **concorda em preparar um cronograma**. Quanto ao Item 8 informa que já há 5 propostas federais com pesquisas em campo. Adriana pergunta se as 8 áreas são do edital. Thiago informa que não, que são áreas cuja criação já está sendo apoiada pelo Programa. Sergio Collaço informa que no processo de criação dessas 5 unidades há no meio um assentamento do INCRA. Todos os lotes serão regularizados, será conferida titulação para proprietários, já com registro no CAR. Mauro ressalta a importância da lógica de resolver o entorno antes de resolver a Unidade - Criar a unidade, pensar a paisagem, pensar o entorno. Thiago Barros informa que até 15 de abril foram recebidas 21 propostas totalizando 6,61 milhões de hectares. Os documentos de análise do processo de criação das UCs serão analisados pela UCP que manterá o CFT informado. Mauro ressalta a importância do critério da representatividade ecossistêmica da área e não apenas o seu tamanho para fazer volume. Sergio Collaço afirma que deve haver este debate no Comitê do Programa. Mauro sugere um *paper* com os critérios e atribuição de pesos ao mesmo. Acredita que deve discutir também isso com o Painel Científico de Aconselhamento. Thiago apresenta o fluxo de avaliação da chamada de adesão. Este cronograma foi proposto na última reunião do CP. Prevê que no final do mês de maio seja possível uma tomada de decisão. Estima que já poderão ser executados os planos de trabalho a partir de janeiro de 2016. Com base no modelo de custos que já temos para as Unidades do Programa a UCP estimará os custos para estas Unidades. Com a ata do CP que deliberar sobre a adesão, a UCP apresentará aos proponentes o calendário de planejamento para irem à Brasília desenvolver os planos de trabalho. Todas as propostas já vieram com a FAUC e

11

ino

ML

AMS
SS

estão no grau I de consolidação. Somando-se as áreas com previsão de criação e adesão ao Programa, o MMA estima ampliar a área de atuação do Programa em até 12,3M de ha aproximadamente. Quanto ao Item 9 Thiago informa que há dependência do engajamento que será feito com os Estados. Está mapeando a janela de tempo para fazer a rodagem com Rondônia e as negociações diretas entre a coordenação do Programa o MMA e os Estados. Quanto às fontes de recursos para as UCs, Sergio Collaço informa que a cobrança de água não é uma fonte de recurso segura para as UCs, tendo em vista as dificuldades do sistema hidrológico atual e o próprio sistema de recursos hídricos no Brasil, que é o que se conclui dos estudos do ITA e da Unifersa. (Universidade Federal Rural do Semiárido). Thiago informa os próximos passos: aplicação da FAUC em abril e maio de 2015 (importante para encerrar a segunda fase com o BNDES), a análise das propostas de adesão pelo PCA, a reunião do CP em Manaus, por volta do dia 20 de maio, ainda a confirmar, e a seleção das propostas de adesão. Os planos de trabalho WWF-Brasil com Moore e Mac: Condição de Desembolso (CD) 3 – desenvolvimento de metodologia para qualificação e a sistematização de dados financeiros de Estados e ICMBio; CD 7 – Oficina para avaliação e planejamento da implementação do protocolo de monitoramento da biodiversidade; CD 9 – desenvolvimento de metodologia para registro de informações sobre outras atividades e projetos em desenvolvimento pelas UCs com identificação de conflitos e sinergias em relação ao Arpa. Sergio ressalta que há vários recursos que cobrem custos de unidades de conservação que não tem registro pelo MMA. É preciso mapear as diversas fontes de recursos de cada UC. Paulo sugere que sejam apresentados pelas UCs como contrapartida. Thiago ressalta que é preciso desenvolver metodologia para registrar estas informações e replicar isto para as UCs. Manoel informa que o Funbio já vem mapeando as condições de financiamento das UCs e que a contribuição do Funbio pode acelerar este processo. Paulo entende que há muitas interfaces e que seria muito bom que o Thiago pudesse participar da reunião quinzenal do Arpa for Life. Reunião curta de 1 hora. Thiago informa que não estava participando por questões tecnológicas, mas que Daniela da WWF já indicou forma alternativa, viabilizando um novo canal de acesso e que passará a participar.

X. Item 10 da pauta aprovada: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT

Agendar ou confirmar as datas das próximas reuniões:

CP - 20 de maio - Manaus – avaliar as propostas de criação e adesão de UCs;
CP - 19 e 20 de agosto – BSB - validar o orçamento do biênio seguinte;
CP - 28 de outubro – BSB.

CFT - 21 de julho – RJ – 10hs;
CFT - 29 de outubro – BSB.

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "MS"
- Middle right: "ius" and "12"
- Bottom left: "ml"
- Bottom right: "8" and "LJ"

Comentários finais:


Sergio Collaço informa que a PEC 215, que propõe alterar o processo de criação de UCs para inseri-lo ao processo legislativo teve seu último relatório, que estava fechado no Congresso, e que não trabalha com o artigo 225 da CF mas apenas o 231. O artigo 225 da Constituição Federal, em seu inciso III, estabelece que a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos incumbe ao poder público, devendo haver aprovação por lei para qualquer supressão ou alteração. Já o artigo 231 da Constituição Federal refere-se a Terras Indígenas e a proposta da PEC 215 é para a alteração do § 4º para incluir a necessidade de aprovação ou ratificação da demarcação das Áreas Indígenas pelo Congresso Nacional e a inclusão do § 8º para determinar que os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas sejam regulamentados por lei. Portanto, a pauta se mantém para que a criação de TI seja feita pelo processo legislativo. Já as UCS podem continuar sendo criadas pelo poder executivo.

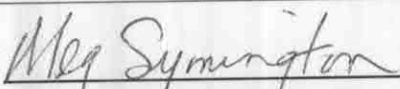
Manuela pergunta como está o monitoramento e Thiago Barros informa que quanto ao de biodiversidade estão sendo implementados protocolos (quadro de condições de desembolso), quanto ao de impactos na conservação e social e econômico, há Iniciativa do ICMBio com SDR em diagnóstico sócio econômico das famílias em UCs de uso sustentável, no âmbito do programa bolsa verde; quanto ao de gestão haverá a aplicação do Rappam no segundo semestre; e com WWF Brasil e Funbio, pelo consultor Marcos Amend, está sendo realizado estudo de impactos de gastos locais do Arpa, sendo que esta conversa está aberta também com o Painel Científico de Aconselhamento para suas contribuições para ajustes desta metodologia.

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e os membros presentes, bem como a secretária e os demais integrantes da Secretaria Executiva do CFT presentes à reunião.

Brasília, 16 de abril de 2015.

CFT:

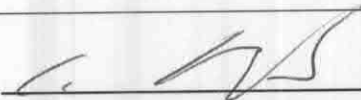

Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)


Meg Symington (WWF/US)




Gustavo Fonseca (GEF)

Avecita Chicchón (Moore Foundation)



Christian Lauerhass (KfW)

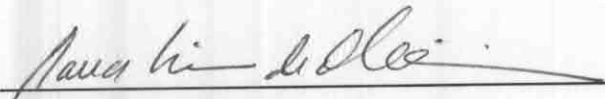
Arthur Liacre (Anglo American)




Sergio H. Collaço de Carvalho (MMA/Brasil)

Secretaria Executiva do CFT:

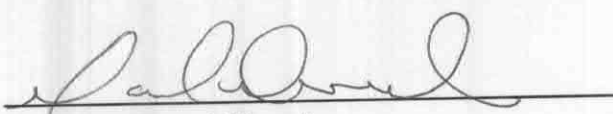
Rosa Maria Lemos de Sá
Secretaria Geral do Funbio



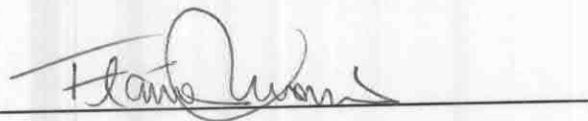
Ilana Nina de Oliveira
Gerente do Programa Arpa no Funbio



Clarissa Pimenta
Assistente da gerência do Programa Arpa no Funbio



Manuela Mossé Muanis
Consultora para o Fundo de Transição



Flávia Neviani (Secretaria da Reunião)
Gerente da Assessoria Jurídica do Fundio